

**LEI Nº 1.464, DE 10 DE MAIO DE 2012*****CONSOLIDA O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ COMO ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO NO ÂMBITO DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO MUNICIPAL.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ**, Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Em cumprimento ao que determina o Art. 31 da Constituição Federal, Art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 e os [Arts. 53](#) e [56, Incs. I, II, III e IV](#) da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá ficam instituídos os órgãos da Controladoria Interna do Poder Executivo, subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito e do Poder Legislativo, subordinado diretamente ao Presidente da Câmara Municipal.

**CAPÍTULO II  
DAS FINALIDADES DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

**Art. 2º** O Sistema de Controle Interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, objetivará a avaliação ao da ação governamental e da gestão fiscal dos administradores, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública, quanta a legalidade, a legitimidade, a economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, que terá por objetivo:

I - Avaliar tempestivamente o atendimento das metas e resultados previstos nos respectivos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias, bem como a execução dos programas de governo e orçamentos;

II - Aferir e comprovar a legalidade dos atos administrativos e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;

III - Orientação, acompanhamento e avaliação da execução orçamentária, financeira e patrimonial, com vistas a proporcionar a utilização regular e racional dos recursos e bens públicos;

IV - Verificar a legalidade das operações de crédito, dos avais e garantias;

V - Verificar tempestivamente o atendimento, de todos os limites insculpidos nas Emendas Constitucionais, 01/92 e 25/00, bem como os mandamentos da lei de responsabilidade fiscal;

VI - Elaborar manuais para regulamentação de rotinas e procedimentos administrativos da Controladoria;

VII - Confeccionar relatórios periódicos sobre o funcionamento dos órgãos municipais, para apreciação dos dirigentes municipais;

VIII - Elaborar relatório anual sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial, com vistas à instrução de Prestação de Contas a ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo;

IX - Auxiliar na elaboração, inclusive assinando em conjunto, do relatório da execução orçamentária e da gestão fiscal;

X - Acompanhar permanentemente as metas constantes do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Orçamento Anual;

XI - Acompanhar os prazos e normas instituídos pelos órgãos responsáveis pelo controle externo em especial, do Tribunal de Contas do Estado;

XII - Acompanhar a publicação dos atos oficiais e administrativos, inclusive os que se dão através de meio eletrônico, quando assim exigido;

XIII - Verificar o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços;

XIV - Criar as condições para a eficácia do controle externo;

XV - Avaliar a veracidade da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, para as despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme Lei Complementar 101/00;

XVI - Analisar a comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais;

XVII - Avaliar se a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária por parte do Executivo, que decorra renúncia de receita, esta devidamente acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeira, no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes;

XVIII - Verificar se os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra, que se referem à substituição de servidores serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal", ou outro elemento que o substitua;

XIX - Avaliar se a despesa total de pessoal obedece ao limite da receita corrente líquida da Municipalidade;

XX - Notificar o departamento de pessoal e contabilidade, se a despesa total com pessoal do Legislativo, exceder a 95% do limite do inciso anterior;

XXI - Verificar se algum benefício relativo à seguridade social foi criado, majorado ou estendido, sem a indicação da fonte de custeio integral, conforme parágrafo 5º do art. 195 da CF;

XXII - Quando solicitado expressamente por ofício, emitir parecer para verificação do cumprimento por parte do Poder Executivo, do disposto no art. 25 da Lei Complementar 101/00 para realização de transferências voluntárias a entidades;

XXIII - Avaliar, se as destinações de recursos do Executivo para pessoas físicas ou para cobrir déficits de pessoas jurídicas, foram autorizados por lei específica, e atenderam as condições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XXIV - Analisar se a operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, seguiu as determinações contidas no art. 38, da Lei Complementar 101/00;

XXV - Alertar durante a execução orçamentária, por escrito, que nos dois últimos quadrimestres do mandato, a responsável legal não pode contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do último exercício, sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para suportar estas despesas;

XXVI - Acompanhar se a receita de capital derivada da alienação de bens e direitos do patrimônio público, foram aplicadas em investimentos;

XXVII - Acompanhar permanentemente, junto ao setor contábil do Município, o valor da receita corrente líquida.

XXVIII - Verificar se novos projetos foram iniciados, sem a contemplação de recursos para a conservação do patrimônio público existente;

XXIX - Analisar, quando solicitado, se a desapropriação de imóvel urbano por parte do Executivo, atendeu o disposto no parágrafo 3º do art. 182 da Constituição Federal, ou houve prévio depósito judicial do valor da indenização;

XXX - Verificar se os instrumentos de transparência da gestão fiscal, relacionadas no art. 48, da Lei Complementar 101/00, estão seguindo as determinações constitucionais e legais, bem como Instruções Sumulares e Normativas da Corte de Contas;

XXXI - No mesmo sentido verificar se os instrumentos retro citados foram amplamente divulgados, inclusive por meios eletrônicos, e também se foram enviadas tempestivamente ao Poder Legislativo;

XXXII - Em relatório à consolidação das contas, verificar se a disponibilidade de caixa, consta de registro próprio;

XXXIII - Avaliar, quando solicitado, se o Município está contribuindo para o custeio de despesas de outros entes da Federação, sem autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, bem como se houve a assinatura de convênios ou instrumento congênere, conforme legislação municipal;

XXXIV - Acompanhar se as receitas e despesas previdenciárias estão sendo apresentadas em demonstrativos financeiro e orçamentário próprios;

XXXV - Analisar, quando solicitado, se o demonstrativo das variações patrimoniais está dando destaque à origem e destino dos recursos provenientes da alienação de ativos;

XXXVI - Avaliar permanentemente o sistema de custos atendem aos mandamentos insculpidos na Lei Complementar 101/00;

XXXVII - Acompanhar, o envio por parte do Município, das contas públicas, para a Secretaria do Tesouro Nacional, ou Órgão que o substitua, até 30 de abril de cada exercício financeiro, relativo ao exercício anterior;

XXXVIII - Avaliar se o Relatório Resumido da Execução Orçamentária atendeu os ditames impostos pelos Arts. 52 e 53, da Lei Complementar 101/00;

IXL - Avaliar se o Relatório de Gestão Fiscal obedeceu as imposições contidas nos Arts. 54 e 55, da Lei Complementar 101/00;

XL - Informar por escrito, se o Executivo atendeu plenamente os mandamentos insculpidos no art. 45, da Lei Complementar 101/00, que fixa a sua obrigatoriedade de encaminhar ao Legislativo à época do encaminhamento do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, informações sobre o andamento das obras municipais, e se foram contempladas as despesas de conservação do patrimônio público;

XLI - Verificar as prestações de contas dos responsáveis pela aplicação, utilização e guarda dos valores públicos e de todo aquele que, por ação ou omissão, der causa à perda, subtração ou extravio de valores, bens e materiais de propriedade do município;

**§ 1º** A Controladoria além de sua responsabilidade funcional, irá avaliar de forma concomitante, os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial quanto à eficácia e eficiência.

**§ 2º** A Controladoria irá apoiar o controle externo, através dos Tribunais de Contas do Espírito Santo e da União, nas suas missões institucionais.

**§ 3º** As sugestões e deliberações produzidas pela Controladoria, quando acatadas, constarão em ato próprio devidamente formalizado.

**§ 4º** No desenvolvimento de suas atividades, a Controladoria poderá requisitar informações, documentos e processos administrativos, bem como pedir esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Art. 3º** Os controladores ao tomarem ciência de qualquer ilegalidade ou irregularidade material ou dolosa, comunicarão ao Tribunal de Contas do Estado de Espírito Santo e ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

**Parágrafo Único.** Irregularidades meramente formais, deverão ser sanadas no âmbito de cada poder, sem maiores alardes ou comunicação com outros órgãos quer públicos ou privados.

**Art. 4º** A Controladoria deverá considerar denúncias de munícipes, mesmo que elaborado de forma singela, desde que comprovado por meio de documentos hábeis.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURAÇÃO DO CONTROLE INTERNO**

**Art. 5º** Integram o Sistema de Controle Interno todos os órgãos da administração direta do Poder Executivo e da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES.

**Art. 6º** A coordenação das atividades do sistema de controle interno será exercida pela Controladoria Interna do Poder Executivo e pela Controladoria Interna do Poder Legislativo, com atuações independentes.

**Art. 7º** No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o Controlador Geral poderá propor a emissão de instruções normativas, de observância obrigatória, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer dúvidas sobre procedimentos de controle interno, nos âmbitos do Executivo e do Legislativo.

**Art. 8º** Fica criado, no âmbito do Poder Executivo, o cargo de provimento em Comissão de CONTROLADOR GERAL, a ser provido por profissional de nível superior, preferencialmente entre os formados em Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito, com registro no Conselho Regional de sua categoria e experiência mínima de 03 (três) anos em administração pública.

**§ 1º** O vencimento do cargo de Controlador Geral será equivalente a 50% do subsídio do Prefeito Municipal - Referência CG-1;

**§ 2º** Ficam criadas 03 (três) funções gratificadas de Assistente da Controladoria Interna, a serem exercidas por servidor público efetivo do município, mediante designação do Prefeito, por indicação do Controlador Interno, com uma gratificação de 40% (quarenta por cento) dos vencimentos e vantagens do servidor designado.

**Art. 9º** Fica criado, no âmbito do Poder Legislativo, um cargo de provimento em Comissão de CONTROLADOR GERAL, a ser provido por profissional de nível superior, preferencialmente entre os formados em Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito, com registro no Conselho Regional respectivo.

**§ 1º** O vencimento do cargo de Controlador Geral é fixado em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

**§ 2º** Fica criada 01 (uma) função gratificada de Assistente da Controladoria Interna, a ser exercida por servidor público efetivo da Câmara Municipal, mediante designação do Presidente, por indicação do Controlador Geral, com uma gratificação de 50% (cinquenta por cento) dos vencimentos e vantagens do servidor designado.

**Art. 10** Não poderão ser designados para o exercício das funções de que tratam os § 2º do Art. 8º e § 2º do Art. 9º os servidores que:

I - Sejam contratados por excepcional interesse público;

II - Estiverem em estágio probatório;

III - Realizem atividades político-partidária;

**Art. 11** As atribuições as competências dos cargos e funções gratificadas, previstos nos Art. 8º e 9º e seus parágrafos, serão estabelecidas por atos do Prefeito e do Presidente da Câmara Municipal, respectivamente.

**Art. 12** As despesas com a implantação e o funcionamento da Controladoria Interna correrão por conta de dotações orçamentárias próprias previstas na lei orçamentária anual.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES E RESPONSABILIDADES**

**Art. 13** As Controladorias Internas darão ciência, respectivamente, ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal, de toda irregularidade ou ilegalidade praticada no âmbito de cada Poder.

**Parágrafo Único.** Não havendo a regularização relativa a irregularidades ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado ao conhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, ou órgão estadual ou federal competente.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DAS GARANTIAS DOS INTEGRANTES DA CONTROLADORIA INTERNA**

**Art. 14** Constitui-se em garantias do ocupante dos Cargos de Controlador Geral e Assistente da Controladoria Interna:

I - Independência profissional para o desempenho das atividades na administração direta;

II - O acesso a quaisquer documentos, informações e bancos de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno;

III - A impossibilidade de destituição da função de controlador e assistente, antes de 30 dias da prestação de contas do biênio respectivo, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - A impossibilidade de destituição do cargo ou das funções gratificadas, no último ano do mandato do Prefeito, até 30 dias após a data da prestação de contas do exercício do último ano do mandato do Prefeito.

**§ 1º** O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento, ou obstáculo à atuação da Controladoria Interna no desempenho de suas funções institucionais, sujeitar-se-á às penalidades administrativa, civil e penal.

**§ 2º** O servidor lotado na Controladoria Interna deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-as exclusivamente para elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

**Art. 15** O Controlador Geral, no âmbito de cada Poder, assinará conjuntamente com os demais responsáveis o Relatório Anual de Gestão Fiscal, de acordo com o Art. 54 da Lei Complementar 101/2000.

#### **CAPÍTULO VI**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**Art. 16** Os Poderes Executivo e Legislativo estabelecerão, em regulamento, a forma

pela qual qualquer cidadão, sindicato, ou associação poderá ser informado sobre os dados oficiais do município relativos à execução dos orçamentos.

**Art. 17** Os servidores da Controladoria Interna deverão ser incentivados a receberem treinamentos específicos e participarão, obrigatoriamente:

I - De qualquer processo de expansão da informatização, com vistas a proceder a otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;

II - De cursos relacionados à sua área de atuação;

III - Do projeto de implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total municipal.

**Art. 18** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20/12/2011.

**Art. 20** Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nºs 1411/2011 e 1431/2012.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de Maio de 2012.

**HILÁRIO ROEPKE**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.